



# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

COMPETÊNCIA

Critérios de competência - Parte 3

Prof(a). Bethania Senra

g) ações em que a União e os Territórios forem partes ou intervenientes: o art. 99 do CPC deve ser entendido em harmonia com o art. 109 da CF.

Competência da Justiça Federal:

Justiça Federal de 1  instância:

- O art. 109 da CF enumera, em onze incisos, quais as causas, de natureza civil e criminal, que devem ser julgadas pela Justiça Federal.

CF, art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

- I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condi o de autoras, r s, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e   Justiça do Trabalho;
- Apesar do texto não dizer expressamente, as funda es públicas federais também se incluem no rol, mas não as sociedades de economia mista federais.

Súmula 508, STF: Compete a justiça estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil, S.A.

- Exce es estabelecidas no art. 109, I, da CF: causas que são de competência das justiças especiais e as que versem sobre acidente de trabalho e falência.
- A justiça comum, ainda que federal, tem competência supletiva às justiças especiais.

- As causas de falência serão julgadas no juízo universal da quebra. Se a Justiça Estadual decretou a falência de uma sociedade empresária, a habilita o de crédito ou qualquer outra postula o a ser formulada contra a massa deve ser apresentada perante o juízo universal.
- As a o es envolvendo acidente de trabalho a que alude o art. 109 da CF são as ajuizadas pela vítima em face do INSS, para postular os benefícios a que faz jus. Não se trata de a o o indenizatória movida pela vítima em face do patrão, que é de competência da Justiça do Trabalho (EC. 45/2004).

- As ações acidentárias envolvendo o INSS (autarquia federal) devem ser processadas e julgadas perante a Justiça Estadual (seja a comarca provida ou não de Justiça Federal).

- Ações previdenciárias:

CF, art. 109, § 3º - Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

- A competência para as ações previdenciárias  , em regra, da Justiça Federal, sendo supletiva a competência da Justiça Estadual. Por tal razão, os recursos contra as decisões do juiz estadual serão encaminhadas para o Tribunal Regional Federal.
- A regra do art. 109,  3 , da CF abrange também as execu es fiscais por força da súmula 40 do extinto Tribunal Federal de Recursos e de acordo com entendimento do STJ (1  se o, CC 19.883-SP, Rel. Min. Ari Pargendler).

## Justiça Federal de 2  instância:

- O art. 108 da CF estabelece a competência dos Tribunais Regionais Federais em matéria civil e criminal.
  
- Na esfera cível, compete-lhes, originariamente, o julgamento:
  - a) Ações rescisórias de seus próprios julgados ou dos juízes federais da região;
  - b) Mandados de segurança e habeas data contra ato do próprio tribunal ou do juiz federal;



- c) Os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao tribunal
- Compete-lhes, ainda, julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdi o.

Há quem compete decidir se há ou não interesse da União e entidades federais?